

Caderno Temático 1

# Acompanhamento do Legislativo

O que é e como fazer



**nesP**  
núcleo de estudos  
sociopolíticos

PUC Minas  
Vicariato para a Ação Social e Política  
Arquidiocese de Belo Horizonte



**Núcleo de Estudos Sociopolíticos – NESP**

**CADERNO TEMÁTICO Nº 01**

**Acompanhamento do Legislativo:**

**o que é e como fazer**

## CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP

Número 01 - ACOMPANHAMENTO DO LEGISLATIVO: o que é e como fazer

Grupo Gestor do Nesp

Representantes da PUC Minas:

Professora Adriana Maria Brandão Penzim

Professora Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Professor Robson Sávio Reis Souza (coordenador)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte

Cássio Ferreira Borges – Região Episcopal Nossa Senhora da Piedade

Frederico Santana Rick – Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política

José Zanetti Gonçalves – Região Episcopal Nossa Senhora da Esperança

Liliam Daniela dos Anjos – Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida

Este número foi elaborado a partir das ações desenvolvidas pelo Projeto de Acompanhamento do Legislativo no período entre 2009 e 2011

Coordenação do projeto: Professora Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Textos: Professora Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Professor Robson Sávio Reis Souza

Colaboração: Professora Adriana Maria Brandão Penzim

Estagiários que participam ou participaram do projeto de Acompanhamento do Legislativo:

Ana Carolina de Oliveira

Luana de Souza Nunes

Evelyne Maia de Holanda

Luisa Barroso de Carvalho Coelho

Flávia Raissa Said Calill

Luiza Sousa Rocha

Iraci Silva Pimenta

Maria Elisa de Andrade Vasconcelos

Josiane Souza Medeiros

Raquel Freitas Guerra

Jussara Vieira da Silva

Rebeca Marinho Brasileiro

Laura Oliveira Alberti

Thales Torres Quintão

Organização: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães e Robson Sávio Reis Souza

Diagramação: É o Sérgio!!

Imagens: equipe do Projeto de Acompanhamento do Legislativo/Nesp e É o Sérgio!!

Impressão: Fumarc

Ficha catalográfica: Biblioteca da PUC Minas.

Tiragem: 1.500 exemplares

### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A185 Acompanhamento do legislativo: o que é e como fazer / Coordenação:  
Raquel Beatriz Junqueira Guimarães. Belo Horizonte: Núcleo de  
Estudos Sociopolíticos/PUC Minas, 2011.  
57p. : il. - (Cadernos temáticos do NESP, n. 1)

1. Poder legislativo - Avaliação. Administração pública. I. Guimarães,  
Raquel Beatriz Junqueira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas  
Gerais. II. Núcleo de Estudos Sociopolíticos. III. Série.

CDU: 35.075.1

# ACOMPANHAMENTO DO LEGISLATIVO

O que é e como fazer

## SUMÁRIO

Apresentação .....	6
O que é participação política .....	10
O que é acompanhamento do Legislativo.....	11
Modos de fazer o acompanhamento do Legislativo.....	12
O que é um Grupo de Acompanhamento do Legislativo .....	15
Que ações um Grupo de Acompanhamento do Legislativo pode desenvolver .....	18
Como o trabalho do grupo pode ser organizado .....	19
A organização do trabalho no modo presencial.....	20
A organização do trabalho no modo não presencial .....	36
Instrumentos de comunicação nos quais podem ser disponibilizadas as informações recolhidas .....	40
Outros instrumentos que podem ajudar no acompanhamento..	43



## Apresentação

Desde a sua criação, o Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte (NESP) tem se dedicado, dentre outras tarefas, à produção de informações que visam à formação política dos cristãos engajados em movimentos sociais, pastorais, e nas mais variadas atividades da sociedade civil organizada. Além da produção de uma publicação, em 2007, voltada para a formação de grupos de fé e política, o NESP editou ao longo dos anos outros materiais formativos e informativos, seja no contexto dos projetos “Eleições”, nos anos eleitorais, seja para informar sobre suas outras atividades e projetos. Ademais, o NESP dispõe de um site na Internet com o objetivo de divulgar notícias, prestar contas de suas ações e disponibilizar informações relevantes à ação política de grupos e coletivos.

Ampliando sua estratégia de divulgação e compartilhamento de saberes, o NESP lança agora os ‘Cadernos Temáticos do NESP’ que objetivarão, de modo especial e constante, disponibilizar textos, reflexões, relatórios de projetos e outras produções do Núcleo.

Este primeiro número dos ‘Cadernos Temáticos’ apresenta o resultado do projeto de Acompanhamento do Legislativo, desenvolvido pelo NESP nos últimos três anos e que, a partir de 2012, passará a se realizar na forma de assessoria aos grupos de acompanhamento do Legislativo no âmbito da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Um dos objetivos do Núcleo de Estudos Sociopolíticos, desde a sua criação, é oferecer às lideranças de movimentos sociais e eclesiais instrumentos efetivos de participação no campo da política institucional, ou seja, aquela que acontece no âmbito das instituições políticas do Estado.

Consoante à ideia de democracia como um conjunto de regras e procedimentos para constituição do governo e tomada de decisões, sistema em que os cidadãos escolhem aqueles que consideram os mais preparados para representá-los politicamente, entendemos que a democracia é um processo de construção permanente, e não um fim em si mesmo. Em seu modelo representativo, o voto é o pressuposto fundamental para o exercício democrático. No entanto, apenas votar em eleições periódicas tem-se mostrado insuficiente para o exercício pleno da democracia. É preciso que o eleitor esteja atento às ações daqueles que elegeu, tornando o exercício da cidadania algo cotidiano em sua vida.

O acompanhamento sistemático das ações dos representantes eleitos por parte dos cidadãos tem estabelecido um novo conceito de controle conhecido no mundo político como *accountability* que remete à obrigação de membros de órgãos administrativos e representativos prestarem contas de suas ações a instâncias controladoras ou a seus representados.

Na busca pelo desenvolvimento de práticas de participação através do *accountability*, têm surgido experiências inventivas de acompanhamento e monitoramento dos poderes pela sociedade civil.

Em 2009, o NESP — em parceria com a Associação Democracia Ativa — implantou o projeto de Acompanhamento do Legislativo, com o objetivo de criar uma metodologia que possibilitasse oferecer à sociedade civil informações relevantes que pudessem servir de instrumento para o desenvolvimento da participação política ativa dos cidadãos junto ao Parlamento mineiro.

Além disso, esperava-se que o projeto se constituísse numa via de mão dupla para produção e troca de conhecimentos, estimulando uma ação que contribuísse para maior qualificação dos grupos de fé e política, movimentos e pastorais sociais, na intervenção em assuntos de seu interesse.

O plano de atuação proposto previa a criação de um grupo constituído de professores e alunos que desenvolvesse uma metodologia de acompanhamento do Legislativo para, posteriormente, formular análises de conjuntura sobre o trabalho legislativo estadual; previa-se, também, a organização de seminários temáticos sobre o Poder Legislativo e questões de interesse da sociedade civil organizada, com o objetivo de fomentar nos cidadãos a prática de monitoramento e o exercício da cidadania.

Nessa perspectiva, nos últimos três anos, o Grupo de Acompanhamento do Legislativo criado pelo NESP dedicou-se ao desenvolvimento da metodologia que aqui se apresenta. Com esse processo e, agora, com a divulgação de seu resultado, o Núcleo espera contribuir para o desenvolvimento, sistematização e divulgação de metodologias de acompanhamentos dos poderes públicos, em particular do Poder Legislativo.

Desde o início do projeto, o Núcleo manteve, de forma permanente, uma equipe de professores e estagiários em atividades diversas de acompanhamento da Assembleia Legislativa, experimentando vários instrumentos de coleta, sistematização e divulgação de informações. Simultaneamente, criou um blog, na Internet, visando à divulgação das informações produzidas pelo projeto, num processo interativo. Realizou também uma série de encontros, seminários e mesas-redondas, tanto nas regiões episcopais da Arquidiocese de Belo Horizonte, quanto na Universidade, e participou de eventos promovidos pela Associação Democracia Ativa e por outras instituições que se interessam pelo tema. Promoveu seminários para discutir o monitoramento dos poderes públicos, não exclusivamente do Poder Legislativo. Produziu ainda um boletim impresso (com três edições) distribuído a cerca de dois mil leitores – em sua maioria, membros de grupos de fé e política, pastorais e grupos eclesiais —, e iniciou a produção de um boletim eletrônico, de análise do processo legislativo, direcionado à lideranças da Arquidiocese de Belo Horizonte.



Entendendo ter cumprido a meta inicial do projeto, para concluí-lo o NESP apresenta esta publicação, resultado do trabalho desenvolvido, como forma de socializar o que foi até aqui consolidado em suas ações de monitoramento do Poder Legislativo.

Nossa expectativa é que, apropriando-se desta produção, membros dos grupos de fé e política, lideranças sociais e eclesiais, associações e grupos civis sintam-se estimulados a criarem, em seus municípios, modos de acompanhamento das Câmaras de Vereadores e, em outros estados, que se desenvolvam formas de acompanhamento dos legislativos estaduais.

Os processos aqui sistematizados e organizados não devem ser tomados como receita que cabe em toda e qualquer situação política ou social; esperamos, contudo, que possam ensejar diversas possibilidades de grupos e coletivos se organizarem para acompanhar os poderes públicos, em particular o Legislativo que, como sabemos, tem duas funções importantíssimas nos regimes democráticos: fiscalizar o poder executivo e legislar. Monitorar o Legislativo é, portanto, uma forma muito eficiente de controle social do Estado.

Preocupamo-nos em tornar o texto didático e acessível, descrevendo maneiras de organizar o monitoramento do Poder Legislativo, apresentando sugestões sobre como fazê-lo, o que acompanhar, como organizar o trabalho rotineiro de um grupo, os limites e as possibilidades do acompanhamento presencial e não presencial. Nossa intenção primeira é, ao expor, em linguagem simples, clara e direta, nossa prática de acompanhamento, oferecê-la a todos aqueles que conosco compartilham o desejo de construção de uma sociedade democrática, justa e fraterna.

A todos, uma boa leitura!

Grupo Gestor do NESP

Novembro de 2011



## O que é participação política

Antes de falarmos da atividade específica de acompanhamento do Legislativo, é preciso de dizer que a concebemos como uma forma de participação política. A participação política é aqui entendida como o envolvimento do cidadão em atividades diversas, desde as mais simples tais como conversar com amigos sobre acontecimentos das mais distintas áreas, como economia, cultura, cidadania, educação, até as mais engajadas, como associar-se em grupos e movimentos para reivindicar direitos e demandas. Então, pode-se dizer que quando uma pessoa vai a uma reunião da associação comunitária, do sindicato, está participando politicamente. As reuniões das pastorais, das Comunidades Eclesiais de Base, dos movimentos cristãos, também podem ser entendidas como uma forma de participação política, pois são espaços nos quais fé e política se entrelaçam. Outro modo de engajamento político é o envolvimento em discussões sobre o preço dos alimentos, a qualidade do transporte público, etc. Significa, pois, dizer que a participação política pode-se dar de diversos modos tais como: pela presença, ao comparecer em reuniões; pela participação em manifestações de protesto ou reivindicações; pelo voto eleitoral; pela participação em campanhas eleitorais; pela filiação em partidos políticos; pela associação em sindicatos; pela inserção em movimentos sociais através de organizações não governamentais e conselhos municipais e estaduais; pela presença no processo eleitoral como candidato e como eleitor; pela participação em formas de engajamento social vinculadas ou não a alguma instituição religiosa. Também é participação política a ação individual ou coletiva de monitoramento dos poderes públicos, procurando compreender o que fazem, como agem, quais suas responsabilidades constitucionais, que leis os regem. Neste caderno tratamos de um desses poderes, o Poder Legislativo.

## O que é acompanhamento do Legislativo

---

O Acompanhamento do Legislativo é o monitoramento das ações desenvolvidas por parlamentares nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no congresso nacional. Trata-se de formas criadas por cidadãos interessados em conhecer mais detalhadamente as ações dos parlamentares. O acompanhamento da atividade legislativa pode ser realizado por diferentes pontos de vista. Pode ser realizado para que os cidadãos tenham informações e possam participar da política local, pode também ser um modo de disputa pelo poder em um município ou em um estado.

A experiência que registramos aqui teve como principal objetivo a produção de informações que pudessem ajudar os cidadãos e a sociedade civil organizada a monitorarem as ações políticas de seus representantes no parlamento. Trata-se, portanto, de uma experiência de monitoramento realizada por um grupo independente cujo objetivo era formular análises sobre o trabalho do Legislativo Estadual e contribuir para a elaboração de subsídios que discutam as formas de participação política disponíveis para o cidadão no mundo contemporâneo. Outro interesse do grupo cuja experiência aqui se registra era de mobilizar outros grupos para o acompanhamento do legislativo, recuperar um pouco da história de grupos que já existiram em momentos históricos anteriores e criar um espaço de reflexão sobre as práticas de monitoramento dos poderes públicos, em particular do Poder Legislativo.



## Modos de fazer o acompanhamento do Legislativo

A palavra acompanhamento aparece em vários contextos e com vários significados. Acompanhar o Legislativo pode ser um modo de monitorar as ações do Poder Legislativo. O acompanhamento pode ser realizado na forma presencial e não presencial e não se dá apenas para o conhecimento das ações, mas, fundamentalmente, pode se tornar um modo de elaborar produtos de informação e socialização de notícias entre pessoas de um mesmo grupo ou de uma comunidade. Com esse intuito, monitorar o Poder Legislativo torna-se uma ação política e uma prática de divulgação das informações recolhidas.

O Acompanhamento pode, também, ser entendido como uma forma de fiscalizar a ação dos políticos. Mas, quem monitora não fiscaliza e quem fiscaliza não monitora? Podemos dizer que essas ações são complementares, mas não são idênticas. Assim, um grupo pode decidir o modo como pretende estabelecer suas ações e a ênfase que deseja dar a elas. Pode decidir, por exemplo, que o modo de acompanhar não se dará, apenas, para elaborar informações e divulgá-las, mas que, como ação fiscalizadora, será realizada com empenho político sistemático e como exercício do poder. Visto desse modo, o acompanhamento pressupõe a execução de uma ação e o conhecimento de seus efeitos. Traz a noção de responsabilização e comprometimento. São diferentes, portanto, ações como acompanhar um mandato e acompanhar uma comissão da câmara de vereadores de um município; monitorar a tramitação de um projeto e o desenvolvimento de um tema na assembleia legislativa de um estado; fiscalizar o poder Legislativo ou fiscalizar ações individuais dos parlamentares. As ações que os grupos de acompanhamento realizam causam efeitos diversos e são condizentes com as metodologias escolhidas.

Uma forma de o cidadão realizar o acompanhamento do Legislativo é acompanhar o mandato de um parlamentar. Nesse caso há pelo menos duas maneiras de fazê-lo. Uma delas pode ser organizada pelo próprio mandatário. Consideramos que nessa modalidade estão os chamados coletivos ou conselhos de mandato. Nesses coletivos ou conselhos, há reuniões mais ou menos periódicas organizadas pelos próprios gabinetes dos parlamentares, que convidam seus apoiadores para discutirem os rumos de sua atuação política. Os frequentadores dessas reuniões acompanham o mandato daquele parlamentar geralmente por adesão às posições políticas do eleito e não necessariamente para fiscalizar suas ações. São eleitores que participam das decisões, pois discutem com o mandatário as estratégias políticas que ele vai utilizar. Nesse caso, o acompanhante está alinhado com as concepções do parlamentar. Desse modo, apaga-se ou atenua-se o conteúdo fiscalizador da ação de monitorar.

Outra forma de se acompanhar os mandatos de um parlamentar em particular são as conferências, bate-papos, palestras promovidas por grupos sociais diversos, organizações sindicais, grupos estudantis, ou ligados a alguma pastoral, grupos de Fé e Política, por exemplo. Os grupos convidam parlamentares para discutirem seus mandatos em debates públicos. O interesse é o de monitorar e fiscalizar o mandato do eleito. Os participantes do evento não têm, necessariamente, compromisso com as ideias daqueles que estão no Poder Legislativo. Ao contrário, procuram conhecer suas ações e seu modo de pensar através do debate. Muitas dessas reuniões discutem o comportamento do político eleito em relação a determinado tema geral ou específico.

Há, também, o acompanhamento realizado por grupos de interesses temáticos ou por entidades de classes. São os casos, por exemplo, de sindicatos e organizações não governamentais que acompanham a tramitação de um projeto de lei porque ele afeta a vida daquele segmento da sociedade. Assim, os interessados vão às reuniões das comissões, marcam presença no plenário da casa legislativa visando estabelecer uma espécie de pressão política para que seus interesses sejam respeitados e suas propostas saiam vitoriosas. Em muitos desses casos, o acompanhamento não

é sistemático, ele dura enquanto o tema está sendo discutido. Outro modo de se realizar o monitoramento do Legislativo é a criação de Grupos de Acompanhamento do Legislativo (GAL). O monitoramento realizado por esses grupos pressupõe a fiscalização, o monitoramento, a reflexão e a produção de informações que possibilitem uma leitura estratégica do poder Legislativo. Por isso, esses grupos podem ser considerados espaços importantes para que se analisem os movimentos dos diversos agentes políticos nos espaços instituídos da casa legislativa: as comissões e o plenário.



Ricardo Barbosa/ALMG

Manifestação de professores do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) realizada em, 16/08/2011, no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira - Hall das Bandeiras, Palácio da Inconfidência - ALMG

# O que é um Grupo de Acompanhamento do Legislativo

---

Um Grupo de Acompanhamento do Legislativo (GAL) pode ser formado por número ilimitado de participantes desejosos de monitorar e discutir a prática política dos parlamentares eleitos no município (vereadores), no estado (deputados estaduais) e no país (deputados federais e senadores). Os participantes podem ser vinculados a grupos religiosos, associações comunitárias, ou ser completamente independentes, sem vinculação a alguma instituição. É preciso que o trabalho do grupo seja bem planejado e organizado e o modo de fazer acompanhamento deve ser decidido por todos.

O acompanhamento do Legislativo através de um grupo pode ser realizado de diversos modos. O grupo precisa estabelecer uma rotina de ação que facilite o monitoramento dos trabalhos da casa legislativa; deve também criar e implantar uma metodologia de trabalho. Não é possível ter uma única metodologia, que possa ser usada em todas as situações; é necessário que cada grupo crie seu modo de trabalhar, estabelecendo estratégias e métodos a partir de sua própria realidade.

A criação dos Grupos de Acompanhamento do Legislativo ganhou força com a realização da Campanha da Fraternidade de 1996, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) propôs “a criação de Comissões de Acompanhamento Político [...] formadas pelas pastorais sociais”, com base nas experiências bem sucedidas ocorridas em Feira de Santana (BA) e União da Vitória (PR), cujas comissões populares “assistem todas as reuniões da Câmara e informam os resultados mediante boletins. Estas experiências têm mudado a relação do agente político com a comunidade” (CNBB, 1996, p. 73).

Em estudo produzido para a ONG Transparência Brasil, sobre a experiência dos grupos de Acompanhamento do Legislativo, Domingos Taufner e Helder Salomão informam que “o que deve caracterizar todas as entidades e pessoas que participam deste trabalho é o desejo de construir uma política mais transparente e honesta. Portanto, todos aqueles que têm interesse na moralização do Poder Público e quiserem lutar por uma sociedade democrática terão espaço nos Grupos de Acompanhamento do Legislativo” (Taufner e Salomão, s/d.)

Segundo os mesmos autores, tais grupos devem ter as seguintes características básicas: “Suprapartidários: ou seja, abertos à participação de pessoas filiadas a diferentes partidos políticos ou que não sejam ligadas a nenhum partido; ecumênicos ou laicos: isto é, abertos à participação de pessoas de diferentes igrejas tais como católicos, batistas, luteranos, ou que não atuam em igreja alguma; populares: significa que devem estar abertos à participação de pessoas ligadas às mais variadas entidades, movimentos e organizações da sociedade civil, que prestam serviços à comunidade”. (Taufner e Salomão, s/d.).



Jamir Moreno/NESP


Grupo de Acompanhamento do Legislativo do NESP, em 2011



Estudos empreendidos pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser), do Rio de Janeiro, dão conta de que os movimentos sociais e as pastorais, com o apoio de comunidades de base, vêm criando nos últimos anos, em nível municipal, formas de organização popular para exercer o monitoramento dos representantes eleitos. Uma dessas formas são os Grupos de Acompanhamento do Legislativo, que tem demonstrado uma impressionante capacidade de fiscalização e de cobrança sobre os representantes eleitos para o governo municipal, em primeiro lugar sobre os representantes do Legislativo (os vereadores).

“O conjunto dos movimentos sociais do município se organiza e envia representantes para assistirem a todas as reuniões da Câmara de Vereadores. As reuniões são registradas e o relatório é transmitido para o conjunto. Em alguns lugares, onde os Grupos estão mais organizados, publica-se um boletim mensal para que a população fique informada sobre as atividades do Legislativo. Desta forma, as práticas de fisiologismo e de corrupção se tornam muito mais difíceis e os projetos de interesse popular recebem mais atenção” (Fonte: site do Iser Assessoria).

Ainda segundo o mesmo Instituto, através dessa iniciativa popular, os cidadãos organizados passam a acompanhar também os projetos do Executivo que são encaminhados para a Câmara de Vereadores, e também começam a fiscalizar o orçamento municipal, através do qual podem verificar as receitas e as despesas municipais. Assim, mesmo quando não conseguem eleger um governo municipal comprometido com os interesses da maioria, os cidadãos exercem um forte poder de pressão sobre o governo, para atender a suas exigências. Tais grupos possibilitam que cidadãos deixem de ser meros expectadores das decisões acerca das políticas locais e passem a intervir no cotidiano da cidade.



## Que ações um Grupo de Acompanhamento do Legislativo pode desenvolver

As ações básicas de um Grupo de Acompanhamento do Legislativo podem ser de natureza mais organizativa, internas ao grupo, ou destinadas a um público externo, visando à mobilização de uma comunidade para uma questão específica ou para o funcionamento amplo da casa legislativa.

Dentre as ações de cunho organizativo podemos destacar as seguintes:

- conhecer as pautas das reuniões da casa legislativa que está sendo acompanhada;
- garantir presença nas reuniões das comissões que estão sendo fiscalizadas ou monitoradas de modo mais detalhado;
- monitorar de modo não presencial as comissões que não estão sendo acompanhadas presencialmente;
- anotar as questões importantes presenciadas na comissão;
- anotar os fatos políticos importantes que marcaram a cena legislativa;
- atualizar-se através dos diferentes meios de comunicação (rádio, jornal, TV, redes sociais, Internet etc.) sobre os acontecimentos políticos que envolvem a casa legislativa acompanhada;
- realizar reunião periódica dos membros do grupo para discussão dos acontecimentos.

Dentre as ações que visam à mobilização da comunidade ou à divulgação de notícias importantes estão:

- a produção de notícias sobre os acontecimentos políticos que passam pela casa legislativa;
- a elaboração periódica de textos de opinião que analisem os acontecimentos e sua publicação em jornais locais ou em veículos de comunicação próprios.

Além disso, é importante investir na criação de veículos de comunicação do grupo; manter permanente troca de experiências com outros grupos que têm atuação ou preocupação semelhante; promover seminários, ciclos de debates sobre temas importantes ou sobre projetos que discutam políticas públicas como saúde, educação, direitos humanos, habitação, segurança alimentar e transporte.

## COMO O TRABALHO DO GRUPO PODE SER ORGANIZADO

---

O Grupo de Acompanhamento do Legislativo pode organizar suas atividades no modo presencial e no modo não presencial.

O modo presencial pressupõe que alguns integrantes do grupo estarão presentes na casa legislativa para acompanhar o funcionamento cotidiano de alguma comissão ou do plenário.

O modo não presencial pode ser feito através do acompanhamento dos sites dos legislativos na Internet, através dos canais de TV das casas legislativas (TV Senado, TV Câmara, TV Assembleia), de boletins eletrônicos dos vereadores, deputados e senadores e da imprensa diária.

Cada uma das formas de organizar o trabalho, sempre de acordo com a disponibilidade do grupo e de seus integrantes, tem pontos positivos e negativos. Vamos a cada uma das formas de organização do trabalho rotineiro do grupo.

Abaixo, reproduzimos imagens de sites de casas legislativas, que podem ser utilizados nos diferentes modos de organização do trabalho de acompanhamento.



Sites das casas legislativas

## A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO MODO PRESENCIAL

A casa legislativa tem um número muito grande de acontecimentos que dificilmente podem ser acompanhados em sua integralidade, por isso é preciso que o grupo escolha um modo de estar presente na casa para poder dar sequência ao seu monitoramento.

Uma das formas pode ser o acompanhamento das comissões de trabalho de uma casa legislativa. Esse processo pode ser muito eficaz nas câmaras de cidades maiores e nas assembleias legislativas estaduais.

Para o monitoramento do trabalho das comissões, o GAL, antecipadamente, escolhe quais comissões vai priorizar. Para isso é preciso saber como a casa legislativa organiza seu trabalho, em quais e quantas comissões.

A comissão que avalia os aspectos constitucionais do projeto pode receber vários nomes dependendo da casa legislativa. Ela é muito importante, pois por lá todos os projetos iniciam sua tramitação. Assim, se o grupo quiser, pode acompanhar presencialmente esta comissão, o que ajuda muito no monitoramento dos trabalhos da casa. Outras comissões importantes são as que tratam das políticas públicas tais como Saúde, Habitação, Educação, Transporte. Também é importante pensar em como é conduzida a comissão que trata dos direitos humanos. De todo modo, o fundamental é que o grupo saiba, antes de se organizar, quantas e quais comissões do Legislativo quer acompanhar.

Decididas as comissões que serão acompanhadas, verifica-se e anota-se hora e local em que cada comissão se reúne. Em uma reunião da equipe efetua-se a divisão do trabalho de acompanhamento entre os membros do grupo. Feita esta divisão, cada um pode acompanhar uma comissão, o que não fica muito pesado para ninguém.

Veja, por exemplo, como a Assembleia de Minas divulga as reuniões diárias das Comissões:



## COMISSÕES

### COMISSÃO PERMANENTE

### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

**PAUTA**
RESULTADO

**PAUTA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL - DEBATE PÚBLICO**

CONSELHOS TUTELARES E A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Segunda-feira 18 Novembro 2011, 09:30

Local: Penápolis (Tel: 21087627)

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Dep. André Quintão/PT (Presidente)	Dep. Adelson Carneira Leão/PT
Dep. Fred Costa/PSB (Vice-Presidente)	Dep. João Leite/PSDB
Dep. Antonio Lerin/PSB	Dep. Almano Veneroso/PT
Dep. Bocca/PT DO B	Dep. Sebastião Costa/PPS
Dep. Carlin Moura/PC DO B	Dep. Celso do Sette/PC DO B

Assessor: LUIZA HOREN OLIVEIRA (Tel: 21087648)  
 Apoio: DANIELLE MARTOS BARACHO (Tel: 21087131)  
 Consultor: ÉRIKA DE FARIA REIS (Tel: 21087682)

---

**1A. PARTE - EXPEDIENTE**

Leitura e aprovação da ata;  
 Leitura da correspondência e da matéria recebida;  
 Designação de relator;

---

**2A. PARTE - ORDEM DO DIA/PAUTA**

**Finalidade:** discutir o fortalecimento dos Conselhos Tutelares para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, por ocasião do Dia do Conselhos Tutelares.

**Convidados:**  
 Maria de Lourdes Rodrigues Santa Gene, Promotor de Justiça de Defesa da Infância e Juventude;  
 Carmen Lúcia Freitas de Castro, Diretora da Faculdade de Políticas Públicas da UEMG;  
 Sérgio Santos Costa, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de Minas Gerais.

**Autores dos requerimentos:**  
 Dep. Carlin Moura  
 Dep. André Quintão

**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES DA COMISSÃO**

Esta pauta poderá sofrer alterações até 24 horas antes da sua realização (parágrafo único do artigo 120 do Regimento Interno)

### TIPOS DE COMISSÕES

- Permanentes
- Temporárias
  - Especiais
  - CIPEs
  - CPIs
  - Extraordinárias
- Ética

### PESQUISAS PRONTAS

- Pautas de reuniões por dia
- Resultados de reuniões por dia

### AGENDA

Segunda-feira, 21 de Novembro

MANHÃ	TARDE
	12:00 13:00 14:00 15:00 16:00
13:00	Comissões <b>Reunião Extraordinária Comissão de Segurança</b> Local: Ouro Fino
14:00	Comissões <b>Reunião Extraordinária Comissão de Cultura</b> Local: Aurifloro
➤ Ver agenda completa	

A ALMG, por exemplo, tem 20 comissões que subsistem nas legislaturas, chamadas de “comissões permanentes”.

Nelas, os deputados opinam sobre os projetos em tramitação, promovem audiências para debater temas específicos e realizam visitas para conhecer de perto a realidade do estado. As reuniões são públicas.

São as seguintes as comissões existentes, atualmente, na ALMG:

- Administração Pública
- Assuntos Municipais e Regionalização
- Constituição e Justiça
- Cultura
- Defesa do Consumidor e do Contribuinte
- Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Direitos Humanos
- Educação, Ciência e Tecnologia
- Esporte, Lazer e Juventude
- Fiscalização Financeira e Orçamentária
- Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Minas e Energia
- Participação Popular
- Política Agropecuária e Agroindustrial
- Redação
- Saúde
- Segurança Pública
- Trabalho, da Previdência e da Ação Social
- Transporte, Comunicação e Obras Públicas
- Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo



Um trabalho de acompanhamento presencial do legislativo pode ser realizado de diferentes modos; aqui sugerimos que se executem pelo menos cinco ações básicas:

1. a preparação para o acompanhamento;
2. a realização do acompanhamento;
3. a análise do acompanhamento;
4. a elaboração das informações;
5. a divulgação das informações.

Vamos a cada uma delas.

### • 1 - A PREPARAÇÃO PARA O ACOMPANHAMENTO

Considerando que o grupo já decidiu quais comissões irá acompanhar presencialmente e distribuiu entre seus membros as responsabilidades sobre qual comissão cada um acompanhará, é preciso saber se a casa legislativa possui um site disponível na Internet, antes de visitá-la. Conhecido o caminho do site, os participantes do grupo deverão navegar por ele para se familiarizarem com sua organização; consultar a pauta da reunião que será acompanhada; ter a pauta em mãos impressa ou copiada em algum caderno de anotações. É importante chegar à reunião preparado para os assuntos que serão discutidos; para tanto, bastará consultar antecipadamente, no site, o texto dos projetos que considerar importantes.

### • 2 - A REALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO

Fala-se aqui do que vai ocorrer durante a reunião que está sendo acompanhada. O monitor precisará anotar o que vier a ocorrer na reunião de modo a evitar que esqueça o que viu e ouviu. As anotações devem ser claras e precisas e, para que depois possam ser utilizadas, sugere-se que sejam feitas ou em um formulário específico elaborado pelo próprio grupo, observadas as peculia-



ridades da casa legislativa que está sendo acompanhada, ou em um caderno de notas, organizado como uma espécie de diário, no qual todas as informações importantes colhidas no decorrer da reunião serão anotadas.

## Onde e o que anotar durante a reunião

O grupo precisará decidir sobre qual instrumento usará para guardar as informações que vier a recolher durante as reuniões. Pode ser um formulário criado pelo próprio grupo, ou pode ser um simples caderno de notas. Aqui apresentamos dois instrumentos que usamos no processo de desenvolvimento da metodologia, ambos eficientes.

### Formulário com um roteiro de registro do monitoramento

Para elaborar um formulário com um roteiro de observação, o grupo precisa conhecer a Lei Orgânica do município, e o Regimento Interno da Câmara Municipal (no caso de acompanhamento de legislativos municipais).

No caso de legislativos estaduais, o grupo deve estudar a Constituição do Estado e o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. O mesmo ocorre com as casas legislativas de âmbito federal (Câmara e Senado).

O roteiro abaixo foi elaborado a partir do trabalho da Associação Democracia Ativa, através do projeto [Meudeputado.org](http://Meudeputado.org). e adaptado pelo Grupo de Acompanhamento do Legislativo do NESP durante o trabalho de acompanhamento do Legislativo da ALMG. O formulário foi criado em pesquisa desenvolvida no projeto “Modelo base de acompanhamento sistemático das atividades parlamentares na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG): uma proposta de pesquisa, educação e participação política para a universidade e organizações sociais”, orientada pela professora Ana Maria Hermeto C. de Oliveira (CEDEPLAR – UFMG).

**PROJETO ACOMPANHAMENTO DO LEGISLATIVO ESTADUAL**

Data: 07/11/2009

**Roteiro de Observação**

Comissão: Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Início: \_\_\_\_\_

Data da reunião: 27/08/2009

Fim: \_\_\_\_\_

**A .Composição**

A1. Membros efetivos			A2. Membros suplentes		
Nome do deputado	Partido	Presença	Nome do deputado	Partido	Presença
		( ) S ( ) N			( ) S ( ) N
		( ) S ( ) N			( ) S ( ) N
		( ) S ( ) N			( ) S ( ) N
		( ) S ( ) N			( ) S ( ) N
		( ) S ( ) N			( ) S ( ) N

A4. Finalidade da reunião: \_\_\_\_\_

A5. Tipo de reunião: Ordinária( ) Extraordinária( ) Conjunta( ) Audiência Pública( )

**B. Projetos de Lei**

B1. Há projetos de lei em pauta? ( ) SIM ( ) NÃO

B2. Número de projetos: \_\_\_\_\_

B3. Número de Projetos de Lei para apreciação do Plenário: \_\_\_\_\_

B4. Número de Projetos de Lei que dispensam apreciação do Plenário: \_\_\_\_\_

B5. Quais projetos você julga importantes para serem acompanhados sistematicamente? \_\_\_\_\_

**C. Projetos de Lei**

C1. Número do projeto: \_\_\_\_\_

C2. Sujeito a apreciação do Plenário: ( ) SIM ( ) NÃO

C3. Autor do projeto: ( ) Executivo ( ) Judiciário ( ) Legislativo ( ) Outro

C4. Se Legislativo, Comissão ( ) Deputado ( )

Qual?: \_\_\_\_\_

C5. Deputado relator: \_\_\_\_\_

C6. Parecer: pela Aprovação ( ) pela Rejeição ( )

C7. Projeto de Lei: Aprovado( ) Rejeitado( )

C8. Número de votos contra: \_\_\_\_\_

C9. Número de votos à favor: \_\_\_\_\_

**D. Requerimentos**

D1. Há requerimentos em pauta? ( ) SIM ( ) NÃO

D2. Número de requerimentos: \_\_\_\_\_

D3. Alguns dos requerimentos lhe chamou a atenção? ( ) SIM ( ) NÃO

**E. Requerimentos**

E1. Número do requerimento: \_\_\_\_\_

E2. Autor do requerimento: ( ) Comissão ( ) Deputado

Qual? \_\_\_\_\_

E3. Requerimento: Aprovado( ) Rejeitado( )

E4. Há requerimentos apresentados fora da pauta (ao final da reunião e oralmente)? ( )

SIM ( ) NÃO

Quais? \_\_\_\_\_

F. Observações (acrescente informações sobre os fatos que podem ser úteis para a continuidade do acompanhamento dos assuntos discutidos na reunião):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Caderno de notas

Trata-se de um outro instrumento fácil e ágil que pode ser usado para fazer as anotações das informações recolhidas presencialmente. Basta que cada membro do grupo tenha um caderno no qual ele organiza e sistematiza as observações que realiza quando está na reunião. Nesse caderno são anotadas informações importantes que contribuem para a análise dos acontecimentos políticos e processuais da comissão, do plenário, ou da tramitação de determinado projeto de tema específico que o grupo escolheu para monitorar.



Fátima Raissa/NESP

Estagiária do NESP em acompanhamento à comissão na ALMG

No caso específico do monitoramento presencial levantamos alguns pontos que, se anotados no caderno, ajudam muito quando se vai comparar com as informações do site institucional da casa legislativa.

Veja alguns pontos que podem ser anotados e que contribuem para a discussão do grupo: a presença dos parlamentares; os assuntos discutidos por eles; as intervenções dos parlamentares e dos convidados; informações sobre a presença ou não da imprensa interna ou externa; a presença de parlamentares de outras comissões; a presença de movimentos sociais; as disputas políticas motivadas por razões particulares, regionais ou partidárias; os argumentos e contra-argumentos apresentados durante o debate de determinado assunto; a adequação dos acontecimentos aos regimentos da casa e à Lei Orgânica que a rege.

### Projeto de Acompanhamento do Legislativo - MG

#### • Constituição e Justiça - 27/04/2010

SINJUS estava presente p/ reivindicar que  
seja aprovada uma lei que estipula uma da-  
ta-base.

Trecho da anotação do caderno da estagiária do NESP, em acompanhamento presencial da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG. A monitora da comissão dá ênfase à presença de sindicalistas na reunião

No caderno pode-se também anotar assuntos que talvez não estejam em pauta nem na comissão nem no plenário, mas que insistentemente retornam como, por exemplo, discussões sobre o plano diretor, projetos habitacionais, questões de saúde, de transporte, ou qualquer assunto que seja relevante para o grupo ou a comunidade à qual o grupo pertença.

Insiste-se, no entanto, que mesmo que o grupo decida por utilizar este instrumento mais fácil e mais ágil que um formulário definido, que utilize alguns procedimentos que contribuam para a eficácia da anotação e a compreensão dos acontecimentos. Vejamos, a seguir, algumas recomendações.

- Conferir e anotar a pauta da reunião que será acompanhada. Registrar essa informação é importante porque o grupo

ao assistir à reunião terá condições de compreender adequadamente o que vem ocorrendo.

- O monitor presente à reunião deve se empenhar em anotar os resultados referentes aos diferentes pontos da pauta, para que, depois, possa verificar se o resultado publicado no site é compatível com o que foi presenciado.
- Que se anote o horário de início da reunião e quais são os parlamentares presentes; horário de término da reunião e os parlamentares presentes ao final da reunião. Isso é necessário porque algumas vezes não há quorum para deliberar sobre matérias importantes, e os parlamentares usam de dispositivos regimentais para transformar a reunião ordinária em alguma outra atividade, por exemplo, em uma audiência pública. São situações que ocorrem com frequência em algumas casas legislativas.



Raquel Guerra/NESP

Estagiária do NESP em acompanhamento à comissão na ALMG

Outros aspectos que podem ser observados por meio das anotações são: o tempo de cada reunião, se os parlamentares presentes

Início: 14h

Final: 14h15

- *Aprovação da Ata*
- *Requerimento cancelamento Audiência Pública aprovado*
- *Requerimento Audiência Pública*  
*Transtorno na Savassi devido às obras - esvaziamento econômico*  
*1 a Favor, 2 abstêm*
- *Regulamento faixa de estacionamento prejudicado – perda prazo parecer*
- *Proposta de Audiência Pública na comunidade - Rua Patagônia*

Trecho das anotações realizadas por estagiária do NESP durante reunião de comissão na Câmara Municipal de Belo Horizonte

são os efetivos ou suplentes da comissão, se é o caso do plenário, quantos estão, quais são.

De posse dessas informações, o grupo que está monitorando pode, depois, conferir com a presença dos parlamentares divulgada nos sites das casas legislativas e verificar se há coincidência. O que pode ocorrer, também, é que os parlamentares vão para o início da reunião e, depois de ela instalada, saem e não voltam. Isso é importante registrar para que o grupo acompanhe o modo como os parlamentares se fazem presentes nas reuniões.

### • 3 - A ANÁLISE DO ACOMPANHAMENTO: DEPOIS DA REUNIÃO – A CONFERÊNCIA DOS RESULTADOS

Este é o momento em que o monitor passa a verificar o que foi co-

locado nos meios de comunicação institucionais da casa legislativa como resultado da reunião assistida. Assim, aquele que presenciou a reunião vai até o site da Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, câmara dos deputados ou Senado Federal, de acordo com a casa que acompanha presencialmente, e procura os resultados da reunião da comissão que foi presenciada. Compara o que está escrito com aquilo que conseguiu anotar durante a reunião em seu caderno de notas ou no formulário que utilizou para fazer os registros. Esse trabalho ajuda a compreender o modo de registro dos meios de comunicação institucional, perceber a confiabilidade do veículo e confirmar se as providências ou decisões tomadas pela comissão foram efetivamente registradas. Nesse momento é possível verificar, também, a confiabilidade do registro de presença dos parlamentares. Se houver discordância entre o que foi visto, quais e quantos parlamentares presentes, e o registro da frequência no veículo de comunicação institucional, esse passa a ser um importante aspecto para ser analisado naquela casa.

A conferência dos resultados com o veículo institucional também é importante para que o próprio grupo que acompanha avalie se aquele membro que frequenta a reunião está conseguindo compreender de modo adequado aquilo que ocorre durante o evento. Na reunião do grupo pode-se discutir sobre o ocorrido e buscar motivos para as disparidades de compreensão, caso existam. Após a reunião é preciso, também, acompanhar a mídia externa, ou seja, os veículos de comunicação (jornal, rádio, TV) e verificar como as discussões assistidas repercutiram na mídia. Isso auxiliará o grupo a refletir sobre os desdobramentos políticos do que acontece no parlamento.

#### • 4 – A ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES: REUNIÃO SEMANAL DE DISCUSSÃO

Fala-se aqui da reunião periódica do grupo de acompanhamento. Sugere-se que ela seja semanal para que não se acumulem informações e para que o grupo possa tomar decisões metodológicas e políticas em relação às situações experimentadas durante o acom-



panhamento presencial. Sugerimos que a reunião de discussão tenha um roteiro simples, com uma pauta bem direta como, por exemplo:

- Apresentação do que foi anotado por cada um dos membros que foram às reuniões presenciais;
- Levantamento dos pontos mais importantes por todos do grupo;
- Discussão sobre os aspectos mais importantes; levantamento de dúvidas;
- Elaboração de pauta para divulgação do que foi visto através de um dos veículos de informação criados pelo grupo;
- Divisão das tarefas: quem vai procurar esclarecimentos para as dúvidas; quem vai escrever sobre os assuntos considerados importantes, quem vai continuar acompanhando as informações na mídia, quem vai elaborar os processos de mobilização política considerados necessários a partir do que foi observado e analisado.

É bom que o grupo se organize de acordo com as habilidades de cada um de seus membros, de modo que alguns articulem as questões políticas e outros elaborem os textos e criem mecanismos de divulgação. Sugere-se que todos se preocupem em se aprofundar em certos temas importantes tais como a tramitação do orçamento, o conhecimento do regimento da casa e das leis que a regem.

## • 5 – A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Como instrumento de divulgação podemos sugerir: blogs, boletins eletrônicos, boletins físicos, programas de rádio, redes sociais (Facebook, Orkut, Twiter), os quais devem ser criados, organizados e mantidos pelo Grupo de Acompanhamento do Legislativo. Para isso, é preciso que o grupo conte, dentre seus integrantes, com pessoas hábeis a lidar com essas mídias.



Veículos de comunicação criados pelo Grupo de Acompanhamento do Legislativo do NESP para divulgar as informações recolhidas no período do acompanhamento

Os meios de divulgação devem ser elaborados de modo absolutamente responsável, sério, sem um tom persecutório ou pejorativo, mas como instrumentos políticos que, quanto mais credibilidade suas informações trouxerem, mais adeptos terão e mais respeitados serão pela comunidade que os acessa.

Na experiência desenvolvida pelo GAL do NESP, foram criados um blog, um boletim físico (impresso) e um boletim eletrônico. Foram instrumentos desenvolvidos para que se pudesse refletir sobre o alcance de cada um dos veículos utilizados. Observa-se que os meios eletrônicos são mais ágeis, muito eficientes e mais baratos.

Para conhecer esses materiais você pode acessar o site do NESP: **[www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp)**, onde estão disponíveis nossas experiências de divulgação.

- **DIFICULDADES QUE OS GRUPOS PODEM ENFRENTAR NO COTIDIANO DO ACOMPANHAMENTO PRESENCIAL**

Mesmo quando bem articulado, o grupo vai perceber que há alguns problemas para que um cidadão possa acompanhar presencialmente as atividades de uma casa legislativa. Um deles é a rapidez dos acontecimentos e o outro são as sucessivas reuniões que “caem”, isto é, são canceladas sem prévio aviso. Esses dois fatos exigem que aquele que se dispõe a acompanhar o processo legislativo através de monitoramento presencial das atividades tenha um tempo exclusivamente dedicado a isso, o que é impossível para os trabalhadores de uma forma geral. Nota-se, a partir das experiências vividas, que a atividade presencial exige a profissionalização em tempo integral do sujeito que monitora.

Diante dessa impossibilidade, devem ser criadas, quase que obrigatoriamente, formas complementares de acompanhamento, tal como a leitura sistemática da página da casa legislativa na Internet, o noticiário político nos jornais impressos de circulação diária e os telejornais. Outro instrumento de acompanhamento é a própria TV do Legislativo. As notícias veiculadas pela mídia institucional ou não institucional devem ser objeto de cuidadosa análise e sistemática comparação com o que foi observado *in loco*.

Outra dificuldade enfrentada pelo grupo é o número de reuniões extraordinárias que são marcadas nas comissões e no plenário. Isso dificulta ou, em alguns casos, até impossibilita o monitoramento efetivo dos trabalhos no modo presencial. O cidadão ou grupo organizado interessado em algum projeto terá dificuldade em se preparar previamente para acompanhar toda a tramitação, pois as reuniões ordinárias podem não se realizar, situações em que se convocam reuniões extraordinárias para o mesmo dia em outro horário, ou para qualquer outro dia da semana. Essa possibilidade de alteração do cronograma das reuniões, sem aviso, certamente dificulta a participação efetiva dos interessados em acompanhar o debate de um tema ou de um projeto nas casas legislativas, principalmente as de cidades maiores ou dos estados.

## A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO MODO NÃO PRESENCIAL

Outra maneira de organizar o trabalho é o acompanhamento não presencial que pode se dar através das mídias institucionais e das mídias diárias. Também nesse caso é bom priorizar assuntos e comissões que sejam de interesse do grupo, por isso a primeira coisa que deve ser decidida pelos membros do grupo é quais são os assuntos e quais são as comissões que serão objeto de monitoramento eletrônico e virtual.

Esse processo pode ser mais eficaz para os grupos cujos membros não têm muito tempo disponível; assim, as tarefas serão distribuídas. Por exemplo, um fica responsável por consultar os jornais diários e separar as notícias sobre o Legislativo; outro se responsabiliza por consultar diariamente o site da Internet para saber como a comunicação institucional está divulgando suas ações; outro se dedica a assistir determinados programas nos canais de TV da casa legislativa que está sendo acompanhada e monitorada.

Esse modo de acompanhamento tem a facilidade de poder ser realizado em qualquer lugar, e a qualquer momento. Contudo, ao segui-lo, o grupo não conhece a fundo as discussões políticas que estão sendo realizadas pelos parlamentares, sendo esse o seu principal inconveniente. Além disso, nem sempre é viável, pois em alguns municípios as casas legislativas não contam com canais de TV ou não têm páginas na Internet.

Também nesse caso sugere-se que o grupo acompanhe os debates sobre as políticas públicas tais como Saúde, Habitação, Educação, Transporte, Segurança e a comissão que aprecia a constitucionalidade do projeto.

O acompanhamento não presencial requer que se estabeleçam metas e que se planejem e organizem as ações a serem empreendidas. É preciso que se defina entre os membros do grupo quem vai acompanhar qual órgão de imprensa, quem vai se dedicar a cada uma das comissões. Também é necessário que se verifique

antecipadamente o grau de acessibilidade e de conforto na navegação em cada site a ser visitado.

Para o acompanhamento não presencial, podem-se seguir os mesmos passos adotados para os acompanhamentos presenciais, conforme se descreve a seguir.

- **1 - PREPARAÇÃO PARA O ACOMPANHAMENTO**

O grupo decide coletivamente quais comissões irá acompanhar e procura na página da casa legislativa o que há disponível sobre tal comissão, verificando como se pode ter acesso à página onde ficam as informações da comissão temática que cada um irá monitorar. É preciso que o grupo navegue pelo site da Internet para se familiarizar com sua organização. Igualmente, caberá consultar a pauta da reunião e os resultados de cada uma das reuniões para que se possa fazer um balanço dos acontecimentos que estão registrados.

- **2 - REALIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO E OS MODOS DE ANOTAÇÃO**

O monitoramento será feito por cada um de acordo com sua disponibilidade, sem compromisso de horário pré-estabelecido. Cada participante poderá decidir qual é o melhor momento de entrar no site da casa legislativa e procurar as informações sobre a comissão que acompanha. Ainda assim, o acompanhamento deve ser feito de modo sistemático, todas as semanas, para que não se percam informações importantes. Também neste caso será preciso criar um mecanismo de registro do que está sendo acompanhado que permita a organização do conjunto de informações levantadas pelos monitores de cada comissão, o qual será posteriormente compartilhado por todo o grupo. O caderno de notas parece ser o modo mais ágil para este tipo de acompanhamento. Pode-se, também, criar mecanismos próprios dos meios eletrônicos, como um banco de *links* úteis, que será enviado aos membros do grupo semanalmente. Outra estratégia pode ser a

captura sistemática de mensagens, de notícias e envio imediato aos membros do grupo, sem que seja necessário esperar o dia da reunião. Vale, também, a criação de grupos na Internet para a partilha de informações.

### • 3 - ANÁLISE DO ACOMPANHAMENTO

Para análise do material coletado, sugere-se que se faça tal como no acompanhamento presencial. Porém, ao invés de confrontar o que foi assistido com o que está nos meios de comunicação institucionais, deve-se comparar as informações constantes da página da casa legislativa na Internet com o que está na mídia local, por exemplo, em rádios e TV. Ou seja, o monitor compara o que está escrito na página da Internet com aquilo que está sendo divulgado por outros veículos de informação.

### • 4 - REUNIÃO DE DISCUSSÃO DOS ACONTECIMENTOS PRESENCIADOS NA CASA LEGISLATIVA

Fala-se aqui de um encontro virtual periódico do grupo de acompanhamento. No caso do acompanhamento virtual, realizado por uma rede de pessoas que não se possam reunir sistematicamente, sugere-se que se usem as muitas facilidades proporcionadas pelos meios eletrônicos para encontro a distância: as salas de bate-papo, as ferramentas de comunicação por vídeo e voz como o Skype, ou os mecanismos de reunião e compartilhamento oferecidos pelo Google.

Ainda que as reuniões a distância não sejam possíveis, o grupo em rede poderá optar por montar um fórum de discussões sobre as questões que levanta e realizar reuniões quinzenais ou mensais, conforme a disponibilidade das pessoas que o compõem e os interesses coletivos. Sugere-se que sejam elaboradas pautas bem objetivas para que as reuniões virtuais ou os debates nos fóruns sejam eficazes.



Estagiária do NESP em atividade de acompanhamento não presencial da Câmara Municipal de Vereadores de Belo Horizonte

## • 5 - DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

No caso dos acompanhamentos virtuais, observados os objetivos que se pretende alcançar, além dos mecanismos de compartilhamento mencionados, podem ser criados blogs, utilizadas as redes sociais e mantido um processo permanente de difusão de boletins eletrônicos. Para isso se contará com as habilidades dos membros do grupo. Vale mais uma vez salientar que os espaços de compartilhamento de informações devem seguir os padrões de etiqueta da Internet e constituem-se como instrumentos políticos ofertados publicamente.

## INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO NOS QUAIS PODEM SER DISPONIBILIZADAS AS INFORMAÇÕES RECOLHIDAS

- **BLOG PARA REGISTRAR AS INFORMAÇÕES**

Para exemplificar como é possível construir, de modo fácil e barato, utilizando-se a tecnologia já existente e disponível a muitos grupos e comunidades, trazemos aqui o exemplo do NESP, que ao desenvolver o Projeto de Acompanhamento do Legislativo, organizou um GAL e em junho de 2009 deu início à construção de um blog para fazer circular as informações produzidas sobre o que ocorria na ALMG.

Ao longo dos anos de 2009, 2010 e parte de 2011 o blog, denominado “Acompanhamento Legislativo”, foi mantido no ar em caráter experimental e ali foram publicadas informações sobre as principais comissões que eram acompanhadas pelo Grupo de Acompanhamento do Legislativo do NESP.

Veja alguns assuntos que foram destaque no blog, naquele período: a criação da Agência Reguladora de Águas e Saneamento e a polêmica causada pela proposta; o debate sobre as tarifas de energia elétrica e a alteração da denominação da CEMIG e dos serviços prestados por ela; a reforma política; a possibilidade de os cidadãos proporem projetos de iniciativa popular e os destinos deles no processo legislativo; a coleta de assinatura para o projeto federal Ficha Limpa; a disputa de um funcionário da Assembleia a uma vaga ao tribunal de contas do estado; a falta de regularidade nas reuniões de algumas comissões; informações sobre a conferência nacional de segurança; o aparecimento de propostas da sociedade para o plano decenal da educação; o incentivo a empresas que contratarem ex-detentos ou detentos em regime semi-aberto; a discussão sobre a situação da Defensoria Pública.

Todas as notícias foram produzidas pelo GAL do NESP e tiveram por base as notícias veiculadas no site da ALMG e as anotações realizadas pelos monitores presentes às reuniões das comissões, anotações feitas tanto em formulários quanto em caderno de notas.



No blog, eram também indicados sites de divulgação de outras experiências que monitoram o legislativo, com destaque para o site [meudeputado.org](http://meudeputado.org), da Associação Democracia Ativa, com quem o NESP manteve parceria para a elaboração da metodologia de acompanhamento aqui sistematizada.



**nesp**  
Acompanhamento do Legislativo

**domingo, 8 de maio de 2011**

**Controladoria-Geral da União abre inscrições para curso sobre "Controle Social e Cidadania"**

Da 1 de maio, a Controladoria-Geral da União (CGU) abriu inscrições para 1.000 vagas no curso a distância "Controle Social e Cidadania". O curso será gratuito e realizado totalmente pela Internet, entre 2 de junho e 3 de julho. Voltado para todos cidadãos interessados em saber mais sobre como acompanhar e gerir política, especialmente as lideranças locais, conselheiros, e representantes sociais, o Curso "Controle Social e Cidadania" está estruturado em três módulos de estudo:

Módulo I - "A participação popular no Estado brasileiro"  
Módulo II - "O controle das ações governamentais"  
Módulo III - "O encaminhamento de denúncias aos órgãos responsáveis"

Para participar, basta ter acesso à Internet, um endereço de e-mail e conhecimentos básicos de navegação. Os participantes serão avaliados com base em sua participação nos fóruns de discussão e questionários objetivos. Os participantes que obtiverem aproveitamento mínimo de 70% receberão certificado.

**Quem sou eu**

 Acompanhamento Legislativo - I&M P  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Este Blog é adotado pelo Grupo de Acompanhamento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, da Federação de Estados Socioeconômicos da Arquidiocese de Belo Horizonte e PUC Minas (fileP), em parceria com o Projeto Meu Deputado.org (Democracia Aberta).

[Visualizar meu perfil completo](#)

**Assuntos**

- [atuação pública](#)

**Blog do Projeto de Acompanhamento do Legislativo pode ser acessado através da página do NESP: [www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp)**

- **BOLETIM IMPRESSO**

O GAL do NESP, a cada ano de funcionamento do Projeto, elaborou boletins físicos que tiveram como função principal desenvolver metodologicamente o modo de construir notícias a partir da observação presencial da casa legislativa. O conteúdo era preferencialmente informativo, em tom coloquial, simples, sem banalização ou estardalhaço, considerando todas as informações como elementos que deveriam ser tratados de modo sério. Assim, além das matérias que falavam da evolução do projeto havia uma página central em que as principais notícias das comissões observadas eram sinte-

tizadas e divulgadas, de modo a oferecer uma sugestão para os grupos interessados em elaborar boletins semelhantes. O boletim, também, explicitava determinados posicionamentos referentes a ações legislativas importantes como é o caso das informações sobre a lei delegada e as informações sobre os requerimentos, os projetos de utilidade pública, e os projetos de iniciativa popular. Esses assuntos eram discutidos como forma de incentivo aos leitores a organizarem-se para um acompanhamento sistemático do legislativo.

O boletim apresentava, portanto, o conteúdo produzido pelo GAL, mas também se constituía como estratégia de promoção do interesse de grupos diversos a se organizarem para o mesmo fim. Para conhecer os boletins publicados, acesse [www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp).



Reprodução do boletim informativo do Projeto de Acompanhamento do Legislativo do NESP

- **BOLETIM ELETRÔNICO**

Este foi o último instrumento utilizado pelo GAL do NESP para cumprir uma demanda específica de pautar temas que pudessem interessar às lideranças religiosas no acompanhamento das atividades na ALMG. É um boletim mensal, mas por sua agilidade, pode ser elaborado até semanalmente. Para elaborá-lo, a pauta é construída em conjunto, com a participação do grupo gestor do NESP e do Vicariato para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte. Assim, os interesses temáticos se multiplicam e o boletim passa a ter maior representatividade.

## **OUTROS INSTRUMENTOS QUE PODEM AJUDAR NO ACOMPANHAMENTO**

- **USO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO PARLAMENTO**

Para exemplificar o modo como o grupo pode utilizar a comunicação institucional da casa legislativa como forma de monitorar os trabalhos da casa, trazemos o exemplo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Essa casa oferece aos cidadãos interessados em exercer algum tipo de controle das ações de seus representantes uma variedade de canais de comunicação institucional.

O site [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) possui variadas informações acerca do Legislativo. Ao acessá-lo, é possível saber quais são os deputados em exercício, seus partidos, algumas informações sobre suas histórias de vida e suas ações durante o mandato. O site foi recentemente remodelado e pronto para a navegação por quem deseja conhecê-lo detalhadamente.

A **TV Assembleia**, outro veículo institucional, oferece programação diária sobre o que ocorre na ALMG, com destaque para uma



Veículos de comunicação utilizados pela ALMG

cobertura ao vivo das reuniões de plenário, além de noticiários, debates e mesas-redondas.

A **Agência de Rádio** é um serviço gratuito disponível tanto para os cidadãos como para outras emissoras públicas e privadas. O interessado pode efetuar o *download*, em formato MP3, das notícias sobre as votações em Plenário, projetos de lei em tramitação, eventos, atividades das comissões e entrevistas.

O **Boletim Eletrônico da Assembleia** pode ser solicitado por meio de um cadastro realizado no site da instituição. Basta cadastrar nome, e-mail e os assuntos acerca dos quais deseja receber as notícias. Também é possível se cadastrar para receber avisos no e-mail sobre a tramitação de projetos de lei e outras proposições.

O **Assembleia Informa** é o jornal impresso da ALMG, que também está disponível no site. Possui publicação diária e é distribuído nas dependências da Assembleia. Seu conteúdo versa sobre as atividades do processo legislativo, os eventos realizados, uma agenda do dia de sua publicação e a pauta do Plenário e das Comissões.

Todos esses veículos de informação mantidos pela própria instituição são importantes canais para o cidadão conhecer o funcionamento da ALMG e se posicionar criticamente em relação ao que ali acontece. As notícias dos canais institucionais podem ser comparadas com aquelas publicadas em outros veículos de comunicação para tornar o monitoramento das atividades parlamentares mais substancial.

Várias cidades possuem sites informativos de suas casas legislativas. Cada grupo pode verificar e acompanhar o de seu município e estado. O mesmo ocorre com a Câmara Federal e com o Senado Federal.

- **ACOMPANHAMENTO DOS BOLETINS ELETRÔNICOS E FÍSICOS DOS PARLAMENTARES ELEITOS**

O GAL do NESP buscou, de diversas maneiras, observar os trabalhos dos parlamentares, e em sua busca chegou até os boletins dos mandatos dos deputados. Trata-se de um jeito simples de monitorar o parlamentar, pois há meios diretos de consegui-los. Os boletins informativos de mandato são um modo de os parlamentares divulgarem suas atividades, prestar contas aos eleitores sobre suas ações, divulgar suas posições políticas em relação a uma determinada questão polêmica. Alguns possuem boletins físicos e eletrônicos, outros apenas boletins eletrônicos.

Os boletins eletrônicos são enviados diretamente aos e-mail das pessoas que se cadastram nos sites de deputados e vereadores. Os boletins impressos são enviados àqueles que solicitam cadastro na mala direta postal do parlamentar. Para isso é preciso enviar-lhe (por e-mail ou carta) o endereço completo para recebimento.

As informações divulgadas nos boletins dos mandatos dos parlamentares por certo apresentam-se favoráveis ao mandato daquele que o elabora. Nota-se, entretanto, que através da leitura de vários dos boletins de mandato podem-se conhecer detalhes sobre questões polêmicas que são discutidas em âmbito municipal, estadual e federal. O leitor desses boletins pode comparar as notícias

veiculadas nesses informativos àquelas que circulam em órgãos da grande imprensa. A leitura crítica e comparada de diversas fontes de informação contribui para a construção de uma visão ampla do que ocorre nas casas legislativas.

O cidadão pode saber se os parlamentares que deseja acompanhar possuem boletins periódicos (eletrônicos ou impressos) enviando um e-mail para o deputado ou vereador através dos sites das casas legislativas.

- **CONHECIMENTO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO**

Uma das questões importantes que pode contribuir para que o cidadão desenvolva um modo sistemático de acompanhar o legislativo é o grupo descobrir se a casa legislativa de seu interesse dispõe de mecanismos de participação. Essa é uma investigação relevante. Se não houver, é importante que cobrem modos de participação direta do cidadão. Um exemplo: em Minas Gerais, a possibilidade que o cidadão tem de participar da elaboração do Orçamento do Estado.

O orçamento de Minas Gerais é elaborado anualmente na ALMG e pode contar com a participação popular. No caso do estado de Minas Gerais, o orçamento é constituído por diversas etapas, não se resume a uma lei anual. As etapas são as seguintes: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, por último, a Lei de Orçamento Anual (LOA).

O PMDI é um plano de longo prazo, e é também a base dos outros componentes da peça orçamentária do Estado (PPAG, LDO e LOA). Nele, são estabelecidas áreas temáticas de primeira importância para o Estado e que resultam em bens e serviços para a sociedade, denominadas “Áreas de Resultados”.

Atualmente há 11 áreas, definidas desde 2007: Defesa Social; Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce; Educação de Qualidade; Inovação, Tecnologia e Qua-

lidade; Investimento e Valor Agregado da Produção; Logística de Integração e Desenvolvimento; Protagonismo Juvenil; Qualidade Ambiental; Rede de Cidades e Serviços; Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva; Vida Saudável.

Além dessas, existem mais duas outras Áreas de Resultados, Qualidade Fiscal e Qualidade da Gestão Pública, mas estas possuem uma função diferenciada, que é a de fornecer uma espécie de apoio e organização às primeiras.

A etapa seguinte é o PPAG, e é nesta que os cidadãos podem participar. Este é um plano de médio prazo, que muda a cada quatro anos. Seu objetivo é o de garantir que os recursos do Estado sejam alocados nas áreas de planejamento estabelecidas no PMDI. A organização do PPAG se dá através de programas estruturadores, os que traçam as estratégias de execução das Áreas de Resultados; os programas associados, que não possuem o caráter prioritário dos primeiros, mas também contribuem para a execução das Áreas de Resultados; e os programas especiais, que são importantes para a administração estadual, mas não possuem ligação direta com as Áreas de Resultados.

A cada ano é realizada a revisão do Plano. Nessas revisões, os cidadãos, associados em entidades e sindicatos, podem apresentar emendas aos planos estruturadores do PPAG, apresentando metas físicas e financeiras para determinado programa, as quais serão avaliadas por uma comissão técnica da Assembleia quanto à sua viabilidade.

As inscrições por entidade podem ser realizadas no próprio site da Assembleia de Minas Gerais; as pessoas que não são ligadas a instituições podem fazer a inscrição pessoal, contudo poderão apenas assistir ao evento, sem o direito de enviar propostas. Como esses procedimentos podem ser alterados de ano para ano, é pre-

ciso que os cidadãos investiguem como será a participação no momento de seu interesse.

As metas do governo, a serem executadas por meio dos programas estabelecidos no PPAG, devem constituir a LDO. Esta lei prevê as prioridades no orçamento dos programas do PPAG, a fim de oferecer um suporte à elaboração da LOA, assegurando o equilíbrio fiscal. A LDO é formulada uma vez por ano. A LOA, que é o orçamento propriamente dito, contém todas as receitas e despesas do Estado, também durante o período de um ano. Na LOA será possível visualizar os recursos destinados a cada programa e ação do PPAG, o que lhe confere um caráter de planejamento, e não apenas contábil. O poder público só poderá executar o que estiver previsto no orçamento.

Para quem se interessa em aprofundar seus conhecimentos a respeito do orçamento público, ou até mesmo dele participar, a Escola do Legislativo, em Minas Gerais, oferece, todos os anos, um curso de capacitação para revisão do PPAG. No curso, são abordados de modo mais detalhado os principais conceitos que uma pessoa deve conhecer para propor uma emenda aos programas, além de explicar como funciona o orçamento do Estado de Minas Gerais.

O Grupo de Acompanhamento do Legislativo precisa saber se há mecanismos semelhantes a este em sua Câmara de Vereadores, ou na Assembleia Legislativa de seu estado. Esta é uma importante forma de participação dos cidadãos.



- OLHAR PARA ONDE NINGUÉM OLHA



Normalmente a grande mídia olha para as casas legislativas principalmente para denunciar e combater formas de corrupção, ou mesmo para comentar escândalos que envolvem os parlamentares. Muitas vezes, preocupa-se com determinados números quantificadores da prática dos parlamentares, querendo medir a qualidade do mandato pelo número de projetos elaborados. A mídia institucional das casas legislativas, por sua vez, busca mostrar como os parlamentares trabalham, as reuniões que fazem, o significado das leis, e, também num viés quantitativo, o número de projetos ou proposições legislativas que foram votadas num determinado período.

Os grupos de acompanhamento do legislativo, formados autonomamente por cidadãos interessados na participação política, podem se ocupar em observar, monitorar e acompanhar temas que são muito pouco observados pela grande mídia e muito pouco divulgados pelas mídias institucionais, efetuando uma espécie de complementação das informações sobre o parlamento.

Aqui apresentamos um tipo de proposição legislativa que consideramos importante: os projetos de utilidade pública. Novamente recorreremos ao exemplo da ALMG para discutir esse modo de olhar para onde ninguém olha:

## • 1 - PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA NA ALMG

Quem acompanha o cotidiano da Assembleia Legislativa de Minas observa o grande número de projetos de utilidade pública que tramita na casa. Para muitos, eles podem parecer inúteis ou desnecessários. Entretanto, os cidadãos devem ficar atentos para saber que tipo de instituição os deputados encaminham para receberem a condição de entidade de utilidade pública, onde se localizam, que serviços prestam à sociedade.

De acordo com a legislação vigente, o governo reconhece como utilidade pública as atividades praticadas por entidades privadas do terceiro setor, ou seja, organizações sem fins lucrativos que trabalham em áreas de interesse social. São consideradas áreas de interesse social o atendimento médico, a pesquisa científica, a educação, a cultura, as artes. Também estão nessa lista as organizações que trabalham com a concessão de microcréditos: aquelas que fazem empréstimos a microempreendedores, a fim de que estes melhorem as condições de seus negócios.

Essas entidades prestam serviços à sociedade, sem obter qualquer espécie de lucro. As ações normalmente são de caráter público, ou seja, apesar de não pertencerem ao Estado oferecem serviços de cunho social, que são de obrigação estatal; assim essas associações, fundações, ou instituições filantrópicas funcionam como auxiliares e complementam o trabalho do governo.

Receber o título de Instituição de Utilidade Pública possibilita a obtenção de verbas públicas, isenções, e outros benefícios garantidos na lei. Para ser considerada de utilidade pública a instituição deve comprovar que seus diretores e conselheiros fiscais não são remunerados, e que a instituição serve desinteressadamente à sociedade. Todos os anos essas entidades devem prestar contas dos serviços oferecidos à comunidade.

O cidadão deve acompanhar a tramitação desse tipo de projeto, dada a importância dos benefícios recebidos pelas entidades, pois as instituições tornam-se beneficiárias em potencial de recursos públicos, podendo pleitear verbas de subvenção social.

## • 2 - CONHECER OS TERMOS TÉCNICOS UTILIZADOS NAS CASAS LEGISLATIVAS

Um dos modos de o grupo se inserir adequadamente nos processos de acompanhamento do Legislativo é dominar os termos que são empregados pelos parlamentares e técnicos das casas legislativas. Há palavras específicas que significam situações importantes dos processos legislativos. A seguir, fizemos um pequeno levantamento de alguns termos que podem ajudar na tarefa de monitorar o trabalho dos parlamentares.

**Apreciação do plenário:** Análise de projeto de lei ou outra proposição pelo Plenário da casa legislativa. Na ALMG, há projetos de lei que dispensam esse tipo de apreciação, como é o caso daqueles de utilidade pública. As matérias que dispensam a apreciação do plenário estão apresentadas no regimento da casa legislativa.

**Comissão:** Cada um dos grupos formados por parlamentares para estudar e dar pareceres sobre as proposições, dentro de sua área de competência. É permanente quando integra a estrutura institucional da Casa e temporária quando criada para apreciar assunto específico de interesse público. As comissões temporárias podem ser especiais, de inquérito e de representação. Há ainda as comissões extraordinárias, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, e as comissões interestaduais (Cipes).

**Emenda à Constituição:** A emenda é um ato legislativo que tem como fim alterar a Constituição Estadual ou Federal.

**Legislativo Estadual:** O legislativo estadual é composto pelos deputados estaduais. São funções típicas desses parlamentares fiscalizar os atos do Poder Executivo estadual e legislar sobre matérias de âmbito estadual.

**Regimento Interno:** É o Conjunto de normas que regem o

funcionamento da casa legislativa. Toda casa legislativa possui um regimento interno, elaborado pelos próprios parlamentares, cujo objetivo é estabelecer normas de funcionamento da casa.

**Constituição Estadual:** Lei mais importante e abrangente de um Estado. Reúne princípios e regras relativos à forma e ao sistema de governo, à estrutura do Estado e dos Poderes, entre outros, e estabelece os direitos fundamentais.

**Constituição Federal:** É a lei maior do nosso país. Nenhuma lei criada por parlamentares pode contrariar o que diz a Constituição Federal.

**Deputado Estadual:** Aquele que recebe a incumbência ou o mandato de participar de uma Assembleia Legislativa. É membro do parlamento estadual.

**Lei Orgânica do município:** No âmbito municipal, é a lei maior de um município, que trata das principais matérias de sua competência; é a “Constituição do Município”.

**Legislativo Federal:** É composto por duas casas, a Câmara dos Deputados – composta pelos deputados federais, representantes do povo, e o Senado Federal – composto pelos senadores, representantes dos Estados.

**Legislativo Municipal:** É composto pelos vereadores. As funções típicas são: fiscalizar o Poder Executivo municipal e legislar. O município legislará unicamente sobre matérias de interesse local.

**Poder Público:** Conjunto dos órgãos que formam o Estado. O poder do Estado, o governo.

**Poder Executivo:** É o poder responsável por executar as leis. A Presidência da República, os ministérios e as autarquias são órgãos do Executivo.

**Poder Judiciário:** É responsável por aplicar as leis que garan-

tem os direitos individuais. Fazem parte do Poder Judiciário os tribunais de justiça (Federal, Estadual, Militar, Eleitoral, do Trabalho) e os tribunais superiores.

**Poder Legislativo:** É o poder que elabora as leis e que fiscaliza os atos do Poder Executivo.

**Pauta:** Conteúdo a ser discutido e votado pela comissão ou pelo plenário.

**Plenário:** É o conjunto de deputados reunidos para discutir matérias de interesse público e votar os projetos de lei. Também se entende como plenário o salão onde são realizadas tais reuniões.

**Requerimento:** É um tipo de proposição usada pelo parlamentar para solicitar providência acerca de qualquer assunto. Os requerimentos são direcionados às autoridades competentes para a resolução do problema em questão.

**Reunião Extraordinária:** É a reunião que ocorre por razões de urgência ou por razões que não estavam nos planos, por isso acontecem em horários e dias imprevisíveis.

**Reunião Ordinária:** É a reunião previamente agendada, ou seja, já está estabelecida ou na Constituição ou no Regimento Interno da casa.

**Tramitação:** É a sequência de etapas nas quais uma proposição é discutida e votada pelos deputados, no processo legislativo. A tramitação varia de acordo com a matéria.



## Referências

ALMEIDA, H. N.; VASCONCELLOS, M.; OLIVEIRA, A. M.. **Modelo Base de Acompanhamento Sistemático das Atividades Parlamentares na ALMG**. In: 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Recife, 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Glossário. Disponível em <http://www.almg.gov.br/sobre/glossario.html>. Acesso em 19 de outubro de 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Fraternidade e Política**. Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996. Editora Salesiana, São Paulo.

ISER ASSESSORIA. **Atividades desenvolvidas: Grupos de Acompanhamento do Legislativo**. Disponível em <[www.iserassessoria.org.br](http://www.iserassessoria.org.br)>. Acesso em 9 jan.10.

**PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DO LEGISLATIVO**. Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e Arquidiocese de Belo Horizonte (NESP). 2008. Disponível em <[www.pucminas.br/nesp/documentos/nesp\\_projeto\\_acompanhamento.pdf](http://www.pucminas.br/nesp/documentos/nesp_projeto_acompanhamento.pdf)>. Acesso em 9 jan.10.

SOUZA, R. S. R. **Acompanhamento do Legislativo: representação política, participação e controle social na gestão pública**. Anteprojeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, linha de pesquisa Políticas Públicas, Participação e Poder Local. Janeiro de 2010.

TAUFNER, Domingos; SALOMÃO, Helder (s/d). **A experiência dos grupos de acompanhamento do legislativo**. Disponível em <[www.transparencia.org.br/docs/Acompanha-Leg.pdf](http://www.transparencia.org.br/docs/Acompanha-Leg.pdf)>. Acesso em 07 jan.10.





ARQUIDIOCESE  
DE BELO HORIZONTE



**PUC Minas**

Núcleo de Estudos Sociopolíticos - NESP

PUC Minas campus Coração Eucarístico • Prédio 04, sala 205  
[www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp) • [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) • (31) 3319 4978